

ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

EDITAL
30 /2014

Eu, Anabela Cristina de Almeida Respeita, Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, faço público que na Sessão Ordinária, referente ao mês de Setembro de 2014, realizada no dia 24/09/2014, a Assembleia de Freguesia aprovou:

Moção

35 ANOS DE SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Dia 15 de setembro fez 35 anos que foi publicada a lei nº 56/79 que dá corpo ao direito dos portugueses à saúde, universal, geral e gratuita, consignado na Constituição da República Portuguesa aprovada em 1976, inscrevendo-o como responsabilidade do Estado.

A criação do **Serviço Nacional de Saúde (SNS)**, resultante da revolução de Abril e das lutas travadas pelo povo português e pelos trabalhadores, contou com o trabalho empenhado de muitos profissionais de saúde.

E foi a partir daí que muitos milhares de portugueses foram, pela primeira vez, a uma consulta médica, tiveram acesso aos cuidados de saúde, contribuindo para colocar Portugal no caminho do progresso dos indicadores de saúde, com os assinaláveis ganhos na qualidade de vida do povo e do desenvolvimento do país.

Papel ativo no sucesso do SNS, na qualidade e eficiência da prestação de cuidados de saúde e na referência a nível mundial, classificado há uns anos em 12º lugar pela Organização Mundial de Saúde, é desempenhado pelos profissionais da saúde.

Nestes 35 anos de existência o SNS teve inimigos e tem cada vez mais contra ele os grupos financeiros privados que vêm na saúde, sobretudo na doença, um negócio altamente lucrativo.

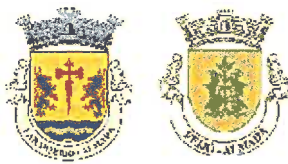
Para isso há que dismantelar o SNS, para o que têm contado com as políticas desenvolvidas pelos sucessivos governos, com destaque para o atual, na concretização das suas ambições.

Para demonstrá-lo, ao mesmo tempo que se acentuam os cortes no financiamento do SNS, redução de 2.398 milhões de euros nos últimos 4 anos, com a tese de que o País não dispõe de recursos financeiros suficientes para investir no SNS, aí estão as verbas escandalosas, que não param de crescer, designadamente, no financiamento das PPP, na transferência de mais de 500 milhões de euros da ADSE para os grupos privados já instalados.

Qual a razão que levou o governo a deixar de pagar aos hospitais públicos os serviços prestados aos beneficiários da ADSE?

Encerraram serviços de proximidade indispensáveis no acesso aos cuidados primários de saúde, introduziram, generalizaram e aumentaram as taxas moderadoras nas consultas e nos meios auxiliares de diagnóstico, retiraram o transporte aos doentes não urgentes, impedindo o acesso dos utentes aos cuidados de saúde.

Afrontam e atacam os profissionais de saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros, provocando uma sangria destes profissionais para o sector privado e até para a emigração. Estrangulam financeiramente o SNS, seja pela



ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

redução acentuada das verbas e desinvestimento público, seja pela imposição da lei dos compromissos que, no âmbito dos cuidados hospitalares, atinge proporções altamente preocupantes.

Em nome da “eficácia e da sustentabilidade” impuseram “reorganizações” que cada vez mais dificultam o acesso atempado dos utentes, como por exemplo a dos serviços de urgência noturna na Área Metropolitana de Lisboa e a Portaria nº 82/2014.

A estratégia é cada vez mais evidente: degradar e descredibilizar o SNS, penalizando e afastando ainda mais os utentes dos serviços públicos de saúde, para justificar a privatização.

Acresce que, no atual quadro de profunda crise económica e social vivida pela generalidade das famílias, decorrente dos cortes nos salários, pensões e apoios sociais, do desemprego e da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, com as inevitáveis implicações na saúde física e mental das pessoas, aumenta o número de portugueses impossibilitados de aceder aos cuidados de saúde.

No concelho de Almada são dezenas de milhares de utentes sem médico de família, é crescente o número de pacientes que esperam meses e meses por uma consulta de especialidade, por exames de diagnóstico e cirurgias.

Para o governo “reorganizar”, “racionalizar”, “defender a sustentabilidade” significa encerrar, cortar, dismantelar o SNS.

Já não são só os utentes que se queixam e lutam.

Atente-se nas tomadas de posição dos profissionais que, preocupados com as consequências para a qualidade dos serviços prestados, denunciam as péssimas condições de trabalho, as faltas de meios humanos, técnicos e até de coisas básicas, como por exemplo roupa de cama.

Atente-se na carta subscrita por 47 diretores de serviço do Hospital Garcia de Orta (HGO) ao ministro da saúde.

Atente-se nas diferentes lutas travadas por médicos e enfermeiros por melhores condições de trabalho, na defesa do SNS de qualidade e eficiente.

Atente-se nas denúncias feitas pela Ordem dos Médicos e suas Delegações Regionais, pela Ordem dos Enfermeiros, Sindicatos e até pelo Observatório da Saúde nos seus relatórios, bem como nas posições de muitos Municípios da responsabilidade de vários quadrantes políticos na luta mais geral em defesa do SNS.

Atente-se nas várias tomadas de posição do Município de Almada e das Juntas de Freguesia do concelho.

São estes os verdadeiros defensores do SNS.

Alarga-se a luta por uma outra política para Portugal baseada nos valores e conquistas de Abril.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, reunida em sessão ordinária a 24 de setembro de 2014, decide:



ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

1. Saudar os 35 anos da criação do SNS, exortando as populações das freguesias a reforçarem a unidade na luta em defesa deste importante pilar do regime democrático.
2. Exigir do governo a contratação de mais profissionais de saúde, Médicos, Enfermeiros e auxiliares de acção médica,
3. Reclamar do governo a adoção de medidas que reponham o acesso dos utentes aos cuidados de saúde, designadamente por abolição das taxas moderadoras;
4. Exigir a construção do Centro de Saúde do Feijó, que já tem terreno cedido, há muito tempo, pela Câmara Municipal de Almada
5. Alargamento do horário de funcionamento do Centro de Saúde que atualmente serve as freguesias do Laranjeiro e Feijó;
6. Revogação da Portaria nº 82/2014;
7. Resolução dos problemas no HGO, conforme exposição dos diretores clínicos ao ministério da saúde;
8. Construção do hospital no Seixal.

E POR SER VERDADE SE PASSOU O PRESENTE EDITAL, QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER FIXADO NOS LUGARES DE ESTILO DESTAS FREGUESIAS.

Feijó, 29 de setembro de 2014

A Presidente da Assembleia de Freguesias de Laranjeiro e Feijó

Anabela Cristina de Almeida Respeita

